

Meio século de Liberdade e de Democracia

Uma "viagem" pelos cartazes do STAL alusivos às conquistas dos trabalhadores.

PÁGINAS 6 E 7



ENTREVISTA . PRESIDENTE DO STAL

Cristina Torres

"Os trabalhadores da Administração Local sabem que podem continuar a contar com a firmeza de sempre do STAL na defesa intransigente dos seus direitos", garante a nova presidente do Sindicato.

PÁGINAS 12 E 13

PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÃO SINDICAL

127



CGTP
Intersindical Nacional

50
JORNAL DO

STAL

ABRIL 2024

WWW.STAL.PT

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS



50.º ANIVERSÁRIO

REVOLUÇÃO DE ABRIL

DEFENDE, NA RUA
E NOS LOCAIS DE TRABALHO,
AS CONQUISTAS ALCANÇADAS

Após a derrota da ditadura fascista, muitos foram os direitos conquistados pelos trabalhadores e pelo Povo. No dia 25 de Abril, mobiliza e participa nas acções populares comemorativas que se realizam por todo o País, tal como no 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, nas iniciativas promovidas pela CGTP-IN. Impõe-se, mais do que nunca e face ao reforço das forças políticas da direita e extrema-direita, reafirmar os Valores de Abril, e prosseguir a luta para que o seu nobre ideário se cumpra.

ELEIÇÕES STAL



A nova Direcção Nacional, aqui numa foto com trabalhadores do STAL, é composta por 125 elementos e reuniu-se pela primeira vez em 17 de Janeiro, na Figueira da Foz.

NOVOS ÓRGÃOS NACIONAIS E REGIONAIS PARA O QUADRIÉNIO 2024-2027

A luta continua com determinação e confiança no futuro

COORDENADORES DAS DIRECÇÕES REGIONAIS



ANGRA DO HEROÍSMO
Benvinda Santos



AVEIRO
João Santos



BEJA
Osvaldo Rodrigues



BRAGA
Baltazar Gonçalves



BRAGANÇA
Francisco Marcos



CASTELO BRANCO
Carlos Miguel



COIMBRA
Luísa Silva



LEIRIA
Mariana Violante



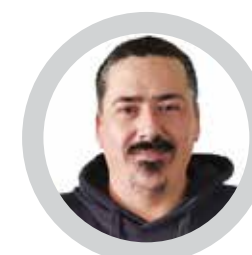
LISBOA
Carlos Fernandes



MADEIRA
António Monteiro



PONTA DELGADA
Nélia Amaral



PORTALEGRE
Paulo Canau



PORTO
Ana Moreira



SANTARÉM
Elsa Lopes



Neste ano em que se assinalam os 50 anos da Revolução de Abril e os 49 anos do STAL, os novos órgãos nacionais e regionais encaram o futuro com determinação, convictos de que o Sindicato continuará a estar à altura da confiança que os trabalhadores nele depositam e com ele se mobilizam na luta por uma vida digna.

Mais de 18 mil associados participaram nas eleições, realizadas em 6 de Dezembro, para os novos órgãos dirigentes nacional e regionais do STAL – que tomaram posse em 17 de Janeiro, na Figueira da Foz –, tendo a lista concorrente à Direcção Nacional (DN) recolhido 98,5% dos votos, resultado que fortalece o Sindicato e a confiança para prosseguir a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores da Administração Local, bem como pelo reforço do Poder Local Democrático. Também nas 22 direcções regionais, às quais concorriam apenas uma lista, os programas de acção assumiram as orientações e objectivos definidos pela candidatura à DN, reforçando a unidade e a convergência na acção que continuará a marcar a intervenção do STAL.

No arranque deste novo mandato (quadriénio 2024-2027), a renovada DN reafirmou o conjunto das prioridades reivindicativas do STAL em defesa dos direitos e da valorização dos trabalhadores da Administração Local, nomeadamente a luta por melhores salários e condições laborais, a dignificação das profissões e carreiras, a revogação do SIADAP e o reforço dos Serviços Públicos.

«Vamos continuar este trabalho colectivo, manter acesa a luta por melhores salários e condições de trabalho, pelas 35 ho-



“*Vamos continuar o trabalho colectivo e manter acesa a luta por mais direitos, melhores salários e condições de trabalho*”

CRISTINA TORRES

ras para todos, pela defesa da liberdade sindical, do trabalho com direitos e contra a precariedade», destacou Cristina Torres, na sua primeira intervenção como presidente do STAL (ler entrevista nas págs. 12/13). ■

Tempo de luta e de resistência!

Perante o quadro político saído das eleições legislativas, de 10 de Março – cujo resultado é mau para o País e para os trabalhadores –, os trabalhadores da Administração Local sabem que podem continuar a contar com a firmeza de sempre do STAL na defesa intransigente dos seus direitos.

Após dois anos a governar com maioria absoluta, o PS sofreu uma fortíssima quebra na sua votação, e verificou-se um reforço do espectro político de direita na Assembleia da República, cujos partidos elegeram o maior número de deputados.

Esta situação, marcada, sobretudo, pelo crescimento de forças políticas de extrema-direita, que protagonizam projectos reaccionários e fascistas, não só não resolverá os problemas dos trabalhadores nem do País, como facilita o agravamento das condições de vida do Povo, dos salários e das pensões, de aumento da exploração, de degradação dos Serviços Públicos, da privatização e tentativa de destruição das Funções Sociais do Estado em nome do negócio privado em áreas como as da saúde, educação, protecção social ou habitação, em suma, o caminho de retrocesso social, de ataque aos direitos e de favorecimento das forças do capital – os grandes grupos económicos.

O resultado obtido pela AD e, sobretudo, o negativo conseguido pelo PS, com uma perda significativa de votos e de mandatos, resulta das opções políticas da governação do PS que, nos últimos anos, com uma mão distribuiu migalhas aos trabalhadores e pensionistas e com a outra beneficiou os grandes grupos económicos. Políticas que resultaram na continuação do empobrecimento de uns e na obtenção de lucros obscenos dos outros, que gerou e gera nos trabalhadores um enorme sentimento de injustiça e dificuldades enormes para viver com dignidade. Políticas que favoreceram o discurso de mentira, demagógico e populista contra a corrupção e as injustiças, propalado pelo CH e IL, “filhos” do PSD e CDS, e das quais são tão cúmplices e responsáveis como os “pais”.

Os trabalhadores da Administração Local não esquecem os anos de 2011 a 2015, do governo do PSD/CDS, de Passos Coelho e Paulo Portas e todas as malféitorias: cortes salariais e dos subsídios de férias e Natal, imposição das 40 horas semanais, aumento brutal de impostos, aumento do desconto para a ADSE, perda do direito à indemnização por acidente de trabalho, entre outras.

Após as eleições dos órgãos e da tomada de posse das nossas 22 Direcções Regionais e da Direcção Nacional do STAL no dia 17 de Janeiro, o STAL está em condições de se reforçar e continuar o caminho de luta pelas respostas que urge aos trabalhadores da Administração Local e das empresas concessionárias de serviços públicos.

O STAL, com os trabalhadores e com a Frente Comum, exigirá ao novo governo resposta à PRC2024, com prioridade ao aumento imediato dos salários, que permita recuperar o poder de compra de quem trabalha. Somos um sindicato nascido de Abril! Somos luta, firmeza, resistência e liberdade!

No ano em que comemoramos 50 anos da Revolução de Abril, estaremos na rua, em todo o País, a afirmar Abril e as suas conquistas! E tal como em 1974, em Maio, reafirmamos o direito à Liberdade e ao trabalho com direitos na grande jornada de luta do 1.º de Maio, convocada pela CGTP-IN. ■



ÉVORA
Adriano Sousa



FARO
Bruno Luz



GUARDA
José Catalino



HORTA
Sara Vieira



SETÚBAL
José Santana



VIANA CASTELO
Ludovina Sousa



VILA REAL
Carlos Martins



VEISEU
Joaquim Gouveia

JOSÉ TORRES
JURISTA

A MOBILIDADE E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Uma forma de incentivo e de valorização

A mobilidade na categoria tem dado azo a que os trabalhadores sejam utilizados para o exercício das mais variadas funções sem qualquer respeito pela respectiva profissão, como sucede, frequentemente, com os assistentes operacionais das profissões operárias.

É frequente o recurso à figura da mobilidade, nomeadamente de natureza funcional, isto é, o exercício de funções diferentes das que competem à actividade profissional, à sua categoria ou carreira. Encontramos, assim, várias modalidades de mobilidade

funcional, abaixo indicadas, cujo regime vem estabelecido nos art.º 92.º e sgs., da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de Junho:

- Na categoria, quando permanecendo nessa categoria, se exercem funções de outra actividade

profissional (exemplo: Assistente Operacional pedreiro passar a desempenhar funções de pintor);

- Inter-categorias: no caso do exercício de funções de uma categoria superior, da mesma carreira (exemplo: Assistente Operacional

passar a desempenhar funções de Encarregado Operacional, ou um Assistente Técnico ser afecto ao exercício de funções de Coordenador Técnico);

- Inter-carreiras: no caso do desempenho de funções de uma carreira superior à detida (exemplo: Assistente Operacional passar a exercer funções de Assistente Técnico).

É muito preocupante a mobilidade na categoria, sabendo-se que os trabalhadores têm sido utilizados para o exercício de variadas funções, sem qualquer respeito pela sua profissão, como sucede, com frequência, com os assistentes operacionais das profissões operárias. E, neste caso, a lei nem sequer impõe qualquer compensação, como se conclui do art.º 153.º, n.º 1, da LTFP.

NÍVEL SALARIAL SUPERIOR

Este preceito apenas admite a possibilidade de ser atribuído um nível salarial superior ao detido, e só se a mobilidade se exercer em órgão ou serviço diferente. Nesse caso, a lei admite que as entidades empregadoras decidam “generosamente” (ou não) atribuir um nível mais favorável, mas não o impõe como obrigação. É uma norma lamentável, que o STAL tem denunciado, inclusive na apreciação das propostas de leis dos orçamentos do Estado.

Já quanto às outras formas de mobilidade, o n.º 3 do art.º 153.º impõe a atribuição de um nível salarial imediatamente superior (ao detido na categoria/carreira de origem) existente na categoria/carreira cujas funções se vão exercer, implicando que a situação tenha de ser sempre valorizada.

Note-se que o tal nível superior terá de ser um dos que existir na carreira/categoria cujas funções se vão exercer, e não qualquer outro imediatamente superior ao detido. Por exemplo, se um Assistente Operacional detém o nível 8 e está a exercer (em mobilidade) as funções de encarregado, tem direito ao nível 10. Esta destrição é muito importante porque a tendência é atribuir um nível meramente seguinte ao detido, e não o tal nível superior que referimos.

A mobilidade deve ser um incentivo aos trabalhadores, facultando-lhes a justa valorização profissional, e não um meio de os utilizar desregradadamente, por alegadas necessidades das entidades empregadoras, muitas vezes sem compensação. E sempre que a mobilidade corresponda às expectativas de realização profissional, deve permitir a consolidação na carreira/categoria que estiver em causa. ■

MOROSIDADE DAS ACÇÕES INSPECTIVAS PREJUDICA OS TRABALHADORES

STAL exige maior e mais rápida intervenção da ACT

O Sindicato releva a importância do papel fiscalizador da Autoridade para as Condições do Trabalho, essencial para o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e para a melhoria das condições laborais.

■ O STAL reuniu-se, em Dezembro, com a Inspectora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), para dar conta dos processos inspectivos cujas conclusões estão ainda pendentes ou sobre as quais está em franco desacordo, mas também para alertar para a morosidade dos processos, que acarreta grandes prejuízos para



os trabalhadores, e, sobretudo, para encontrar soluções para os problemas denunciados. De Norte a Sul, e em diversos sectores, muitas são as situações denunciadas pelo STAL, sendo que a maioria está ainda por resolver (algumas há mais de três anos), tendo alertado, na referida reunião, sobretudo, para duas situações prioritárias, por serem particularmente gravosas para os trabalhadores: na Águas do Norte (AdN), pelos montantes apurados em dívida aos trabalhadores, e na FCC Environment Portugal, em que está em causa um direito constitucional. Desde 2015, a AdN não procedeu ao correcto enquadramento profissional dos trabalhadores, limitando as suas progressões na carreira e exercendo discriminação salarial. Na sequência do pedido de intervenção

apresentado pelo STAL (Maio de 2021), a ACT aplicou autos à empresa e ao seu administrador, tendo ainda identificado uma dívida aos trabalhadores da ordem dos 20 milhões de euros, relativos a créditos laborais. Mas, decorridos mais de dois anos do início da instrução, não houve desenvolvimentos, existindo mesmo o risco de prescrição dos prazos, com graves prejuízos para os trabalhadores. Já na FCC Environment Portugal (em Vila Real), verificou-se a substituição de um trabalhador em greve – um motorista substituiu um cantoneiro –, o que viola um direito consagrado na Constituição. Mas, por todo o País e em diversos sectores, são muitas as situações denunciadas pelo STAL, sendo que a maioria está ainda por resolver com profundo prejuízo para os trabalhadores. ■

Retratos de uma Constituição maltratada

São 50 anos de Abril e 48 da Constituição da nossa 3.^a República. Aquela que certa direita torta, ditos fidalgos liberais, *pela noite calada*, outros apenas ruidosos brutamontes saudosistas, querem derrubar para implantar a 4.^a República, elitista, repressiva, sem direitos laborais e de fachada pseudodemocrática. Nós, os de Abril, gritando *ergue-te ó Sol de Verão*, precisamos viver por inteiro esta Constituição do futuro e do povo trabalhador.

LUÍS CORCEIRO
ADVOGADO

1. TOMEMOS O PODER NAS MÃOS

A nossa Constituição diz que “o poder político pertence ao povo” (art.º 108º). Só que ao povo não é dado o poder de aumentar salários, garantir acesso aos serviços de saúde, dar casa a quem precisa e abrir perspectivas de vida aos jovens em família. Porque os mesmos de sempre, aqueles que, em nome do povo, devem fazer escolhas políticas, não estão em sintonia com os interesses do povo. *É preciso avisar toda a gente* que a democracia plena é a realização do princípio da soberania popular em que *o povo é quem mais ordena*.

2. UMA LIBERDADE AMORDAÇADA

As liberdades de manifestação e de expressão – e já agora o livre pensamento – são um direito com o mesmo valor constitucional. Diferindo ligeiramente na forma de exercício, as manifestações estão sujeitas a comunicação. O aviso destina-se, sobretudo, a acomodar no espaço público o exercício de um direito de liberdade no quadro da ordem pública.

Mentes retorcidas falam amiúde em manifestação autorizada, mas, de facto, do que se trata é só de comunicação prévia. Comunicação que não é sequer requisito do direito, porque o direito já existe e exerce-se imediata e directamente, e *a liberdade está a passar por aqui!*

Contudo, por ordens superiores, agentes policiais têm interferido em simples acções sindicais para entrega de documentos ou representações, que se verificam em frente às instalações de ministérios e outros departamentos públicos. Tais situações acontecem em espaços pedonais, não interferindo com o tráfego automóvel nem com a deslocação desimpedida de pessoas. Prontamente, lá aparece sempre um agente policial a identificar a/o responsável pelo ajuntamento de meia dúzia de pessoas. E zás, participação crime contra os “malfeitores” sindicais, abertura de inquérito pelo Ministério Público, envolvimento de órgão de polícia criminal, cartas precatórias, interrogatório

Gravura que ilustrava a Constituição de 1976

de sindicalistas, diligências várias, etc. No fim: arquivamento. Tivemos, contudo, o aparelho judicial ocupado com lana-caprina e bagatela tonta a criar mais morosidade. Quando interrogado, aqui e ali, pelo ridículo da situação – há o caso de oito pessoas no Terreiro do Paço, em Lisboa, no local onde milhares tinham ido adorar a árvore natalícia – o agente da autoridade ainda responde: “*mas trazem um pano!*” ou “*têm um cartaz!*”. E depois? Estamos no domínio da mesquinhez política e do amedrontamento de há 50 anos, quando a Polícia ainda

reprimia pequenos ajuntamentos na rua.

Ainda hoje há resquícios de memória do tempo em que Posturas e Regulamentos dos já enterrados Governos Cívicos impunham licenças e autorizações para ajuntamentos e expressões públicas de liberdade, sem as quais se abatia o cassetete e a prisão. O Tribunal Constitucional, ainda nos idos de 80, se afanava a declarar inconstitucionais tais espartilhos à liberdade. Uma excrescência da repressão ditatorial do antanho.



3. ABERRAÇÃO CONSTITUCIONAL

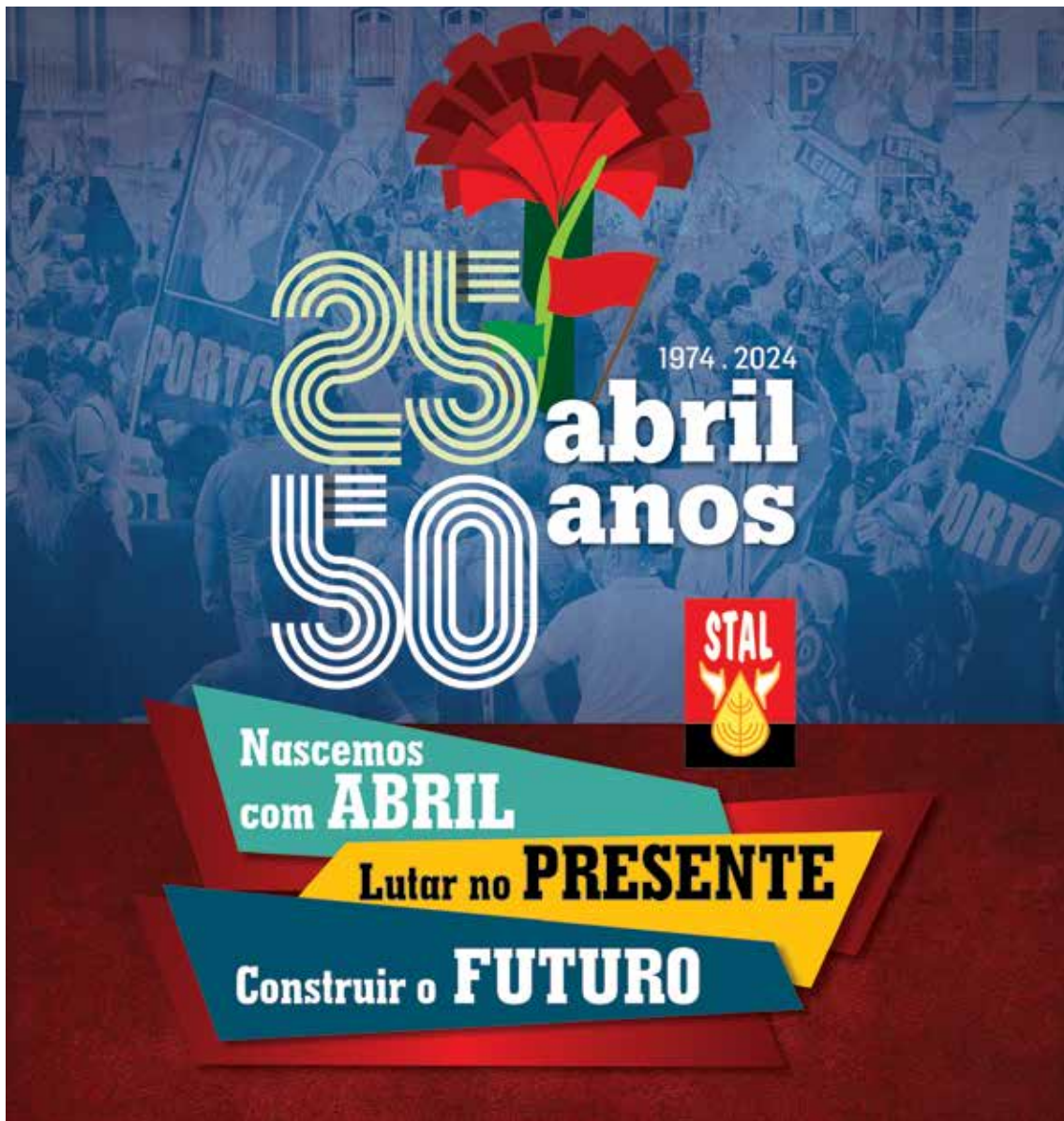
A nossa Constituição garante a *separação de poderes* (art.º 111.º). Esse trinco ajuda a prevenir uma ditadura.

Se num País, onde funciona o Estado de Direito Democrático, houvesse um órgão de soberania que juntasse, em si mesmo, poderes legislativos (fazer leis), regulamentares (fazer regulamentos), executivos (executar as leis e as políticas) e de controlo regulatório, estaríamos perante uma aberração constitucional. A República teria cedido lugar à arbitrariedade.

Pois bem, é o que temos e ainda alimentamos em Bruxelas, concentrando na Comissão Europeia todos os poderes de governar, fazer leis, emitir ordens e fiscalizar e representar Estados membros, tudo sem eleições.

A Comissão Europeia é uma aberração constitucional, formada por gente sem legitimidade democrática, dominada por um imenso aparelho tecnocrático obscuro, de engravatados, permeável a pressões de lóbis dos grandes interesses económicos, e que se substitui aos Estados-membros, que alienaram boa parte da sua soberania. *O que faz falta é avisar a malta* que a Comissão Europeia é uma expressão não democrática de titularidade do poder, e que a eleição para o Parlamento Europeu não resolve. ■

COMEMORAÇÃO



REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974

50 anos de Liberdade

Neste mês, assinala-se o meio século da derrota do regime fascista em Portugal. Associando-se à efeméride, o «Jornal do STAL» relembra um conjunto de cartazes alusivos à data histórica, assim como ao 1.º de Maio, nos quais se realçam a defesa das principais conquistas da Revolução de Abril e do seu nobre ideário de Liberdade e Democracia, que constituem um guia para a construção de um País mais justo, fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 pôs fim a quase cinco décadas da ditadura fascista em Portugal, e o meio século que agora se assinala é património dos Trabalhadores e do Povo, e é património do Futuro, construído pela Luta e pela longa e heróica resistência que a Abril conduziu. Defender Abril e Maio é combater a pobreza e lutar pelo direito a uma vida digna. É defender a Paz!



COMEMORAÇÃO



A luta continua para que se cumpra Abril na sua plenitude, cuja defesa das suas principais conquistas continua a dar-nos ânimo e a reforçar a razão da nossa intervenção junto dos trabalhadores, sendo que a luta e a unidade são determinantes na defesa dos seus direitos, da Liberdade e da Democracia.

GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL NÃO CUMPRE ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO

Lucros de milhões e trabalhadores com tostões

O STAL exige que a administração dê resposta positiva às justas reivindicações dos trabalhadores, reafirmando a sua luta e a sua unidade como caminho para a implementação, na íntegra, do acordo.

Os trabalhadores do grupo Águas de Portugal (AdP) ainda se vêem confrontados com a não aplicação na íntegra do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) publicado em Novembro de 2018, levando a que a maioria dos trabalhadores esteja ainda por enquadrar face ao acordado, enquanto se gastam milhões de euros na contratação de gabinetes de advogados e de assessorias.

E chega-se ao cúmulo das administrações das empresas do grupo “interpretarem” de forma diferente (consoante lhes dá mais jeito...) o teor do acordado, designadamente em matérias pecuniárias, quando, efectivamente, o texto é igual para todas!

É inaceitável que trabalhadores com as mesmas funções tenham salários diferenciados, com enor-



Trabalhadores reunidos em plenário na ETAR de Olhalvas (Leiria).

mes discrepâncias – técnicos operativos com salários distintos consoante a empresa em que

trabalham, e o mesmo acontece com outras categorias –, mesmo que as funções sejam as

mesmas, ou que os anos de experiência não sejam tidos em conta, com um trabalhador com

dois meses de experiência a auferir um salário maior do que outro com 18 anos de serviço. A não aplicação do ACT na íntegra é só mais um pretexto para a AdP continuar o caminho de empobrecimento dos seus trabalhadores, elogiando e “valorizando” o seu trabalho somente com sorrisos de circunstância e palmadinhas nas costas, promovendo, antes, a estratégia de “dividir para reinar”.

Ainda recentemente avançaram com um processo de reclassificações, mas que não passou de mais uma tentativa de “abafar” os verdadeiros enquadramentos, que se encontram por fazer. Basta notar que, em 1 de Janeiro de 2019, os trabalhadores (ou a sua grande maioria) deveria ter sido enquadrada na carreira e conteúdo funcional correspondente, uma medida que – no caso de centenas deles – se traduziria em aumentos salariais consideráveis. Mas, o que a AdP fez foi manter tudo igual! ■

PARALISAÇÃO DE DOIS DIAS NA FCC ENVIRONMENT PORTUGAL

Greve por aumentos salariais e mais direitos

Os trabalhadores do pólo de Marco de Canavezes, fartos da falta de resposta da administração, realizaram uma luta nos dias 30 de Março e 1 de Abril, para exigir a sua valorização profissional.

■ A situação actual exige medidas imediatas de valorização dos salários em todo o sector da recolha de resíduos, bem como a dignificação das profissões e o respeito pelas funções; assim como é urgente travar a exploração, a precariedade laboral e a degradação das condições de trabalho.

Nesse sentido, os trabalhadores do pólo de Marco de Canavezes da FCC Environment Portugal, fartos da falta de resposta por

parte da administração, realizaram uma paralisação de dois dias (em 30 de Março e 1 de Abril) para exigir, entre outras medidas, o aumento dos salários (em 15%, num mínimo de 150€, para todos); a implementação, este ano, de um salário mínimo de 1000€; o subsídio de refeição de 10€/dia; direito à contratação colectiva e a um regime de carreiras e categorias profissionais com conteúdos funcionais bem definidos; além da apli-



Trabalhadores da FCC exigem resposta às suas reivindicações.

cação de uma diuturnidade no valor de 50€; subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco; circuitos adaptados ao tempo de trabalho e definição de horários e períodos de descanso suficientes; equipamentos de protecção individual adaptados às condições meteorológicas, com lavagem obrigatória da farda de trabalho; exames médicos anuais obrigatórios; e o reconhecimento de doenças ocupacionais para todas as doenças relacionadas com a actividade de recolha e tratamento de resíduos.

O STAL responsabiliza a administração da empresa por mais esta acção de luta, que resulta do profundo descontentamento e da contínua falta de respostas concretas às exigências dos trabalhadores, cujo poder de compra se tem degradado nos últimos anos, e que se acentuou, sobretudo, desde 2022. ■

Em 8 de Fevereiro, a Associação de Comerciantes de Lisboa acolheu mais um Plenário Nacional do STAL, que reuniu mais de meio milhão de dirigentes e delegados sindicais, que analisaram e discutiram a actualidade político-sindical no País e os principais problemas com que se debatem os trabalhadores da Administração Local, como os salários baixos, falta de condições de trabalho dignas, ataques à liberdade do exercício sindical, precariedade ou incumprimento de acordos assinados.

No encontro foi ainda aprovado – e entregue na Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território – uma resolução em que se reafirma a disponibilidade do STAL em intensificar a defesa das reivindicações dos cerca de 170 mil trabalhadores da Administração Local, que recebem os salários mais baixos na Administração Pública, cujos trabalhadores ganham, em média, cerca de metade do salário dos seus congéneres em outros países da UE, e que, desde 2009, perderam, o equivalente a três salários.

APLICAR A «PRC2024»

Fruto da luta dos trabalhadores, em 2023, o governo viu-se obrigado a tomar medidas que não queria, mas ainda assim insufi-

PLENÁRIO NACIONAL DO STAL JUNTA MAIS DE 500 SINDICALISTAS EM LISBOA

Reafirmadas prioridades reivindicativas

Os dirigentes e delegados sindicais analisaram e discutiram a actualidade político-sindical no País e os principais problemas que afectam os trabalhadores da Administração Local e do sector empresarial.



O STAL entregou na Secretaria de Estado da Administração Local as exigências dos trabalhadores

cientes para responder aos problemas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que recusou as

exigências apresentadas pelo STAL e pela Frente Comum (e que constam da «PRC2024»),

nomeadamente, o aumento geral e significativo dos salários; a correcção real da Tabela Sala-

rial/TRU; mais direitos; a revogação do SIADAP; a dignificação das carreiras e profissões; a aplicação efectiva do SPI, actualização do seu valor e a inclusão do risco; e a reposição das contribuições para a ADSE para 1,5%, em 12 meses, entre outras.

Na ocasião, o STAL reforçou, ainda, o compromisso de continuar a luta – tendo avançado com um pré-aviso de greve a todo o trabalho extraordinário, por tempo indeterminado –, perante a dura realidade com que a generalidade dos trabalhadores da Administração Local está confrontada, marcada pelo brutal aumento do custo de vida, a degradação do poder de compra, e com a incapacidade dos Serviços Públicos (carentes de meios financeiros e humanos) para responder às necessidades da população, situação que a municipalização (em áreas como a Saúde, Educação e Acção Social) contribuirá para agravar ainda mais. ■

COM 60 DELEGADOS PRESENTES

A força do STAL no XV Congresso da CGTP-IN

A presidente do Sindicato, Cristina Torres, destacou a “força imensa, a garra e a firmeza” deste imenso colectivo, que é “a primeira e a mais importante linha de defesa dos direitos dos trabalhadores da Administração Local e Regional”.

■ Com uma delegação de seis dezenas de delegados, o STAL participou no XV Congresso da CGTP-IN, nos dias 23 e 24 de Fevereiro (no Seixal), no qual Tiago Oliveira foi eleito Secretário-Geral, sucedendo a Isabel Camarinha, que foi alvo de uma homenagem por parte das cerca de sete centenas de delegados presentes, no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha.

Na sua intervenção, a presidente do STAL, Cristina Torres, destacou a “força imensa, a garra e a firmeza” deste imenso colectivo – “o motor da luta organi-

zada dos trabalhadores” –, aliçada em mais de 1400 dirigentes, delegados e representantes dos trabalhadores, que considera ser “a primeira e a mais importante linha de defesa dos direitos dos trabalhadores da Administração Local e Regional, empresas municipais e concessionárias de Serviços Públicos”. Na ocasião, Cristina Torres enunciou também algumas das prioridades da intervenção do STAL, nomeadamente “o reforço da acção reivindicativa em todos os locais de trabalho” e a concretização do “pleno exercício do di-



reito de negociação na Administração Pública no âmbito da Frente Comum”; enquanto no sector empresarial local (do Estado ou do privado) “impõe-se exigir o efectivo direito de contratação colectiva consagrado na Constituição, revogar as normas da caducidade e repor o princípio da renovação automática das convenções e do tratamento mais favorável ao trabalhador”.

Para a presidente do STAL, esta intervenção visa “assegurar o aumento dos salários, a defesa dos direitos e a melhoria das condições de vida e de trabalho”, e reafirma que “as soluções para os problemas que a Administração Pública e os seus trabalhadores enfrentam estão na «PRC2024», frisando ainda que é com luta e resistência que se conquista direitos, até porque o STAL é composto por “gente de garra, firme e persistente, que não vira a cara aos problemas”. ■



OS PRINCIPAIS DESAFIOS AO NOVO GOVERNO

É urgente resolver os muitos problemas dos trabalhadores e do Povo

Neste ciclo político que agora se iniciou, é preciso reafirmar que o novo governo deverá ter, como objectivo prioritário, dar resposta às principais reivindicações dos trabalhadores e do Povo, e que são sobejamente conhecidas de todas as forças políticas.

JOSÉ ALBERTO LOURENÇO
ECONOMISTA

Menos de dois anos depois das últimas eleições legislativas antecipadas (em 30 de Janeiro de 2022), em que o PS obteve maioria absoluta e ficou com as mãos livres para formar governo a seu bel-prazer e executar o orçamento e as políticas públicas que dizia serem as mais à esquerda das últimas décadas, do acto eleitoral realizado em 10 de Março resultou um reforço das forças políticas de direita e de extrema-direita, e do discurso mais reaccionário e xenófobo.

A vinda derrota do PS resulta da falta de resposta concreta aos muitos problemas dos trabalhadores e, de uma forma geral, da população, que conduziu à luta de milhares e milhares de trabalhadores em defesa de melhores salários e pensões, quer na Administração Pública quer no sector privado, que permitissem fazer face à forte subida da inflação que, nestes dois últimos anos, atingiu bem mais do que os 12,4% que os dados oficiais da inflação reflectem.

Foi o caso das lutas dos profissionais de Saúde, por melhores salários e pela luta dos utentes de Saúde contra a contínua degradação do Serviço Nacional de

Saúde (SNS); pela luta dos professores pela reposição do seu tempo de serviço; pela luta dos profissionais de segurança; e, como se tudo isto não bastasse, fragilizado ainda por sucessivos escândalos e demissões no in-

terior do Governo, a pedido do próprio primeiro-ministro, o governo “caiu”.

Provou-se, uma vez mais, com este governo PS e a sua maioria absoluta de tão curta duração – como antes se provara com o

governo PSD/CDS nos negros tempos da *troika* – que a estabilidade governativa não se consegue com a obtenção de maiorias absolutas nas urnas, mas, antes, com o cumprimento das promessas eleitorais dos governos e, nomeadamente, da resposta aos graves problemas que o povo e os trabalhadores enfrentam.

REAFIRMAR AS SOLUÇÕES...

Agora que novo ciclo governativo se inicia, não temos dúvidas em reafirmar que o novo governo da AD só terá estabilidade governativa se assumir, como principal objectivo político, a resposta aos principais proble-



mas que os trabalhadores e o nosso povo continuam a ter de enfrentar no seu dia a dia. Esses problemas estão há muito elencados, são sobejamente conhecidos das várias forças políticas e, sem sermos exaustivos, passam genericamente das várias forças políticas:

1. Valorização dos trabalhadores, promoção do emprego com direitos, aumento dos salários e melhoria das condições de vida e de trabalho.

Para tal é necessário lutar, por todos os meios, contra o flagelo do desemprego, combatendo os despedimentos e promovendo a plena utilização da força de trabalho; é indispensável avançar com o aumento geral dos salários e pensões e com a valorização das carreiras profissionais; é urgente acabar com a precariedade, garantir a estabilidade no trabalho, combater a desregulação dos horários e reduzir o tempo de trabalho efectivo.

2. Elevação da qualidade de vida, investir nos Serviços Públicos e cumprir as Funções Sociais do Estado.

Na Saúde, em que, nos últimos anos, a degradação contínua do SNS – pelo excesso da carga laboral e das condições de trabalho dos seus profissionais de Saúde, pelo baixo investimento nos equipamentos e nas infraestruturas de saúde, acompanhado pela crescente transferência de recursos do Estado para o sector privado – deram a este sector, pela negativa, uma centralidade e visibilidade enormes. Desenvolver o SNS como serviço universal, geral e gratuito, garantindo a gestão pública de todas as suas unidades e garantir médico e enfermeiro de família a toda a população (note-se que cerca de um milhão e meio de portugueses não têm ainda médico de família) são algumas das medidas, entre muitas outras, em que é necessário investir para que o SNS cumpra o seu papel de garante do direito à Saúde para todos os portugueses.

Na consolidação do sistema público de Segurança Social, melhorando o regime de repartição, assente no seu carácter universal, na justiça contributiva, na



solidariedade entre gerações de trabalhadores e complementarmente na justiça distributiva, inerente ao regime não contributivo, para com os que se encontram em situação de vulnerabilidade económica e social. Na consolidação e reforço da sustentabilidade financeira da Segurança Social, prevendo e combatendo o trabalho não declarado e a fraude, criando uma contribuição extraordinária às empresas em função do valor acrescentado, combatendo a precariedade e defendendo a criação de emprego de qualidade e o aumento anual dos salários e do Salário Mínimo Nacional. Na garantia do direito à habitação, inscrito na nossa Constituição, pondo fim a décadas de quase completa ausência de intervenção pública do Estado na oferta de habitação a preços acessíveis às centenas de milhares de famílias que todos os anos procuram casa para viver e que se vêem obrigadas a endividar-se perante a banca, para terem acesso a este direito fundamental.

3. Investimento na Educação, na Ciência, na Cultura e valorização da Educação Física e Desporto.

Apostando numa Escola Pública, gratuita, de qualidade, inclusiva para todos, que responda ao desenvolvimento integral das crianças e jovens. Investindo numa política de Ciência e Tecnologia que, considerando as necessidades e especificidades da economia nacional, valorize a investigação fundamental livre em qualquer domínio científico e que garanta um financiamento base, estrutural



e de desenvolvimento da Ciência, não dependente em exclusivo de concursos competitivos. Apoiando a Cultura para que esta não fique condicionada às

regras do mercado. O objectivo básico fundamental da política de democratização e desenvolvimento cultural terá de ser o acesso generalizado das popu-

lações à Cultura, cabendo ao Estado a responsabilidade central de instituir e valorizar o serviço público de cultura e uma política que promova a livre criação e fruição cultural.

Prosseguindo uma política de Educação Física e Desporto, assumida como meio de valorização humana e factor de desenvolvimento e democratização da vida social, que obedeça a um desenvolvimento desportivo nacional e concretize o direito ao desporto para todos, consagrado na Constituição Portuguesa.

4. Cumprimento da Constituição da República, afirmação da Democracia.

Agora que passam 48 anos de aprovação da nossa Constituição, apesar do impacto negativo das suas sucessivas revisões, a verdade é que ela continua a apontar na concepção ampla de Democracia, que continua a inscrever – nas suas dimensões política, económica, social e cultural – um caminho de solução dos problemas nacionais e de construção de um futuro de progresso, desenvolvimento social, justiça e paz. A luta pelo cumprimento da Constituição da República nas suas componentes – direitos, liberdades e projecto de sociedade que consagra – permanece como a questão fundamental e, nessa luta, encontramos o caminho para concretizar as soluções imediatas para os problemas que atingem os trabalhadores, o povo e o País, e as referências que apontam para um futuro diferente para Portugal e uma política alternativa que melhor serve esses interesses.

... E HOMENAGEAR E CUMPRIR ABRIL

Estes são alguns dos principais desafios que se colocam ao novo governo, se existir da sua parte uma vontade genuína de trilhar um novo rumo que sirva as necessidades da esmagadora maioria dos trabalhadores e do povo português.

E esta seria a melhor forma de, 50 anos depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, homenagearmos não só os heroicos capitães de Abril que a fizeram, mas também todos os que por ela lutaram décadas e décadas, por vezes com o sacrifício da própria vida. ■

ENTREVISTA

CRISTINA TORRES, PRESIDENTE DO STAL, É PEREMPTÓRIA:

“Os trabalhadores não esquecem as malfetorias do governo do PSD/CDS, o da *troika*. Foi mau de mais!”

Nesta primeira entrevista, empossada nas novas funções, a dirigente sindical indica o caminho para enfrentar os desafios que se colocam aos trabalhadores da Administração Local: “Resistir e lutar, com a certeza de estarmos do lado certo da vida de quem trabalha!”



A nova Direcção Nacional conta com elementos novos, fruto de uma renovação natural dos órgãos dirigentes. Curiosamente, é a primeira mulher a assumir a presidência do STAL. Tem um significado especial?

Sim, assumir esta tarefa tem um significado especial. E espero que o facto de ser a primeira mulher a presidir ao STAL sirva de estímulo a uma maior participação das mulheres na vida do Sindicato, que tem dezenas de milhares de associados, com dirigentes e delegados em todo o País, e todos são importantes, seja qual for a profissão, homens ou mulheres, mais velhos ou mais jovens. A nova DN conta com cerca de 50 novos membros, dos quais apenas 10 são mulheres; e dos 125 membros que a compõem, apenas 35 são mulheres. Na Administração Local, em finais de 2023, 45,8% dos 134 780 trabalhadores eram mulheres.

A nova equipa já está “a postos” para responder aos desafios que espera o STAL nos próximos quatro anos?

Os desafios são muitos e de tal importância que nos pomos “a postos” em andamento! Se há quem esteja sempre perante desafios, são os delegados e dirigentes do movimento sindical de classe, a que orgulhosamente pertencemos. Naturalmente, novas responsabilidades exigem sempre uma fase de maior esforço, mas enfrentamo-la sempre com grande responsabilidade, empenho e entusiasmo.

Quais são as prioridades de intervenção da nova DN?

Manter a luta pela resolução dos problemas dos trabalhadores que representamos, reforçar o Sindicato e dinamizar a acção em todos os locais de trabalho, para combater as políticas de direita. Resistir e lutar com a certeza de estarmos do lado certo da vida de quem trabalha!

Como se inverte este ciclo de empobrecimento dos trabalhadores?

Distribuindo a riqueza por quem a produz! Aumentar os salários; taxar os lucros obscenos da banca, das empresas de distribuição alimentar e da energia; baixar o IRS; baixar o IVA dos pro-

ductos alimentares e da energia eléctrica; fixar os preços dos produtos alimentares. Resolver o problema da habitação. Em suma, melhorando os Serviços Públicos.

“ESTE QUADRO POLÍTICO É MAU PARA O PAÍS E TRABALHADORES”

Das legislativas, resultou o reforço das políticas de direita (e da extrema-direita), que não vão no sentido de responder às propostas dos trabalhadores, até pelo histórico do PSD/CDS, por exemplo, no tempo da *troika*...

Os trabalhadores não esquecem as malfetorias do último governo do PSD/CDS, entre 2011 e 2015, o da *troika*. Foi mau de mais! Cortes nos salários e subsídios de férias e Natal, aumento brutal do IRS e ADSE, imposição das 40 horas semanais, etc., etc. Foi tão mau que a luta dos trabalhadores correu com eles! Lamentavelmente, o PS, em vez de resolver o problema da perda de poder compra, limitou-se a distribuir migalhas aos trabalhadores!! Entre 2016 e 2019, condicionado pelo PCP e pelo BE no Parlamento, repôs as 35 horas de trabalho, mas ainda há trabalhadores com as 40H; descongelou o direito à progressão, mas em fases e roubando os famosos pontos do SIA-DAP, que estavam acumulados; aumentou o Salário Mínimo, mas como os outros escalões da tabela salarial não tiveram aumento, ficaram milhares de trabalhadores com o mesmo salário, quer tivessem um dia ou 40 anos de serviço, etc. Findo esse mandato, o PS lá arranhou maneira de se “libertar” do PCP e do BE, e o que não estava bem, piorou...

A maioria absoluta do PS foi uma oportunidade perdida para resolver os problemas dos trabalhadores?

Claramente. E continuaram a beneficiar os grandes grupos económicos, que nunca se queixaram, e a distribuir migalhas aos trabalhadores! Com as “marionetas” da UGT, assinaram um tal “acordo histórico” que nos manteve pobres e amarrados a uma vida de dificuldades, porque a inflação disparou e, com ela, os preços dos alimentos,

dos combustíveis, da renda e da taxa do juro do crédito à habitação! Os trabalhadores empobreceram durante os oito anos de governo PS e, enquanto empobrecíamos, os grandes grupos económicos arrecadavam (e continuam) milhões de euros de lucro. Portanto, goradas as expectativas e agravado o sentimento de injustiça, o caminho estava aberto ao descontentamento. Juntando os “casos e casinhos” de corrupção que tanto jeito dão ao populismo, eis-nos agora numa situação ainda pior.

Que avaliação faz a DN do novo quadro político?

Este quadro político é mau para os trabalhadores e para o País, coloca em risco os nossos direitos, sobretudo os salários e o horário de trabalho, os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado. Conhecemos bem o apetite voraz pelo lucro dos grupos económicos. Por isso, o caminho a seguir só pode ser o da luta e da resistência!

“DISTRIBUIR A RIQUEZA POR QUEM A PRODUZ”

Qual é o “ponto de situação” do cumprimento dos direitos e das condições de trabalho nas Autarquias Locais?

Temos autarquias que cumprem e cuidam dos direitos, ouvem e envolvem os trabalhadores nas decisões, preocupam-se e inserem essa preocupação nas decisões. Outras há que tratam os trabalhadores como se fossem seus donos ou objectos que usam a seu bel-prazer. Há as que preparam a aplicação da legislação na perspectiva dos direitos, as que a usam para chantagear trabalhadores, e até as que decidem não aplicar a legislação! A aplicação do SPI, do DL 84-F/2022 (valorização dos assistentes operacionais) ou do SIADAP, são exemplos paradigmáticos do que acabei de referir. Há as que lavam o fardamento, distribuem protector solar e repelente de insectos, e há as que nem fardamento distribuem. No “nosso” sector privado também temos grandes diferenças nas condições de trabalho, mas as situações mais graves encontramos-las nas empresas a quem está concessionada a limpeza urbana.



“Se há quem esteja sempre perante desafios, são os delegados e dirigentes do movimento sindical de classe”



“Consideramos muito importante a nossa participação na luta geral dos trabalhadores da Administração Pública, no seio da Frente Comum; e na acção mais abrangente da CGTP-IN, porque os principais problemas que nos afectam são os que afectam todos os trabalhadores.

De forma geral, quais os principais problemas que afectam os trabalhadores da Adm. Local e dos demais sectores?

Os nossos principais problemas são comuns aos da maioria dos trabalhadores da Adm. Pública, e as nossas principais exigências correspondem à necessidade de os resolver, com prioridade para o aumento urgente dos salários, para recuperarmos o poder de compra, mas também a revogação do SIADAP, que retarda a progressão e acentua o sentimento de injustiça entre os trabalhadores; a recuperação e valorização das carreiras, incluindo as “não revistas” e as “subsistentes”; a correcção da tabela salarial-TRU; a reposição do direito à indemnização por acidente de trabalho; a regulamentação do subsídio de piquete e de disponibilidade permanente; o pagamento a todos quantos é devido do Suplemento de Penosidade e Insalubridade; etc. Por falar em SPI, é necessário proceder à sua valorização e que abranja também o factor “risco”, como reivindicamos há anos! No sector empresarial, a prioridade vai para o direito e o respeito pela contratação colectiva, seja nas empresas municipais, nas do Grupo EGF, nas dezenas de empresas concessionárias da limpeza urbana, ou no Grupo Águas de Portugal; bem como a aplicação das 35 horas semanais para todos, e o fim da precariedade laboral.

os principais problemas que nos afectam são os que afectam todos os trabalhadores. Mas, não deixamos de afirmar os problemas específicos e a importância dos trabalhadores da Adm. Local e das empresas concessionárias. O Poder Local é o que mais próximo está das populações, logo os seus trabalhadores também. No entanto, em média, somos os que auferem os mais baixos salários de toda a Adm. Pública; somos os que viram destruídas muitas das suas carreiras específicas; somos os que, além de sujeitos às decisões centrais dos governos do País, estamos sujeitos à discricionariedade das decisões políticas de 308 câmaras municipais, de serviços municipalizados e empresas municipais; e de 3091 juntas de freguesia. Algumas das decisões levaram à entrega da execução de algumas das suas competências a empresas privadas: resíduos, água, limpeza urbana e manutenção de zonas verdes, etc. ■

O STAL tem intervenção própria, como principal sindicato dos trabalhadores da Adm. Local, e intervém, também, no âmbito da Frente Comum e da CGTP-IN. Como se articulam estas vertentes da acção reivindicativa?

Com unidade, acção e luta! Consideramos muito importante a nossa participação na luta geral dos trabalhadores da Administração Pública, no seio da Frente Comum; e na acção mais abrangente da CGTP-IN, porque

“OS SINDICATOS SÃO IRREVERÊNCIA E SÃO FUTURO!”

A sindicalização é uma das condições essenciais para fortalecer os sindicatos. Nesta matéria, o STAL está bem e “recomenda-se”?

Em 2023, sindicalizaram-se perto de três mil trabalhadores, o que consideramos muito positivo. Nos primeiros dois meses deste ano já se juntaram a nós mais 700, portanto, acho que estamos bem e recomendamos-nos, sim! Assim os trabalhadores percebem e reconhecem que os sindicatos não são coisa “velha” e do passado, como alguns querem fazer crer. Pelo contrário, os sindicatos são irreverência e são futuro. São o motor da coragem que a força dos trabalhadores, unidos e esclarecidos alimenta e que mais cedo do que tarde resultará numa sociedade mais justa onde quem trabalha tem direito a uma vida digna e a ser feliz. Francamente, sentimos que os trabalhadores confiam no seu sindicato! E sabemos que quando estamos esclarecidos, unidos e certos da nossa razão, somos uma força enorme!



MAIS EXERCÍCIOS EXEMPLIFICATIVOS DA SUPRESSÃO DE DIREITOS

Luta pela recuperação das carreiras e das profissões

Nos anteriores números do «Jornal do STAL» abordámos a matéria ligada à destruição das carreiras, fundamentalmente a funesta Lei 12-A/2008, deixando também para reflexão algumas situações, como lamentáveis exemplos dessa destruição. Essa sanha destruidora envolveu a generalidade das carreiras, pelo que os exercícios comprovativos dessa situação, que já descrevemos, aplicam-se às actuais carreiras.

Quanto às carreiras subsistentes, trata-se das que foram qualificadas pelo art.º 106.º, da Lei 12-A/2008, determinando que subsistem, nos termos em que se encontram, embora, naturalmente, com direito às “atualizações” salariais que eventualmente forem aplicadas à generalidade das carreiras e também com direi-

Nesta edição trazemos à colação o que se passa com as chamadas carreiras “subsistentes”, e também com a revisão das que, sob o título de “não revistas”, foram, entretanto, objecto de revisão, bem como as que ainda persistem na Administração Local.

to à progressão, neste caso de um escalão para outro, se para o efeito detiverem a pontuação

mínima legalmente exigida. Estas carreiras foram e continuam a ser lançadas numa es-

pécie de limbo, sendo os respectivos trabalhadores tratados como meros joguetes, sem que,

desde 2008, os sucessivos governos se tenham preocupado com os trabalhadores destas “carreiras”, vítimas de uma situação indigna e até aviltante, como iremos comprovar com alguns exemplos.

Sem sermos exaustivos, mas procurando elencar as carreiras subsistentes da Administração Local, detectamos, pelo menos, as seguintes:

- Chefe de armazém; chefe de serviços de limpeza; chefe de transportes mecânicos e encarregados de movimento (chefe de tráfego), constituindo um primeiro grupo com idêntica situação;



Urge combater a desvalorização das carreiras na Adm. Pública e a não salvaguarda do Serviço Público.



- Fiscal de leituras e cobranças;
- Fiscal de serviços de água e saneamento ou de serviços e higiene e limpeza;
- Fiscal de obras;
- Encarregado – Operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras;
- Encarregado de brigada de serviços de limpeza e de limpa-colectores;
- Maquinista teatral chefe;
- Sonoplasta-chefe.

Comum a estas carreiras é a situação de indignidade que vitimiza os respectivos trabalhadores, sendo degradantes as condições salariais e as possibilidades de eventual evolução, nestes casos apenas de um para outro dos escalões remuneratórios, há muito fixados para cada uma das “carreiras” em causa.

Lembremo-nos que os salários desses trabalhadores ainda continuam a ser calculados com base no chamado índice 100, das carreiras gerais, cujo valor é de 343,28 €, desde 2009, pasme-se! Claro que o valor final encontrado, pela multiplicação de cada um dos índices fixados, tem de ser corrigido com os diminutos acréscimos que, entretanto, e a partir de 2020, se estabelece-

ram para a generalidade das carreiras, nas condições que temos denunciado, ficando longe de compensar a brutal perda do poder de compra dos trabalhadores.

DESQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Confrontando as tabelas remuneratórias vigentes, verificamos quão indigna é a situação destes trabalhadores, continuando, no entanto, a empenharem-se no exercício das suas funções. E o que dizemos é bem patente nas situações que seguidamente referimos, a título de meros exemplos.

Todos os profissionais de fiscalização, acima referidos, permanecem como “subsistentes” porque não optaram pela faculdade que o Decreto-Lei (DL) n.º 114/2019 conferiu-lhes, isto é, a de serem integrados na categoria de Assistente Operacional. E não tomaram essa opção, com toda a legitimidade e razão, porquanto consideraram-na desprestigiante, por ser inimaginável uma desqualificação profissional dessa natureza.

Respeitando-se e louvando-se quem assim se comporta, por princípios de dignidade, sucede, porém, que há casos em que os trabalhadores ficam ainda mais prejudicados do que os próprios colegas, assistentes operacionais.

Por exemplo, um Fiscal de serviços de água e saneamento ou de serviços de higiene e limpeza tem direito, na sua “carreira” subsistente, a uma estrutura remuneratória com oito escalões, mas os quatro primeiros estão

absorvidos pelo Salário Mínimo Nacional, sendo o último de 978,96 €, enquanto um assistente operacional pode atingir 1.175,45 €.

Isto é, a posição assumida na defesa da profissão que efetivamente lhes compete paga-se muito caro!

Situação idêntica se constata, com maior ou menor gravidade, noutras carreiras mencionadas, em que a opção dos trabalhadores foi a de manter a carreira que possuíam, por uma questão de dignidade, apesar de poderem ser prejudicados, como efetivamente já sucede.

SITUAÇÃO DESPRESTIGIANTE

Vejam, agora, o que se passa com um Encarregado – operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras –, a quem foi dada a oportunidade de permanecer como “subsistente” ou, conforme a remuneração auferida (em 1/1/2009), transitar para a categoria de Assistente Operacional ou de Encarregado Operacional.

Qualquer dessas hipóteses, mas principalmente a da integração na categoria de Assistente Operacional, traduziu uma situação manifestamente desprestigiante, amassando a profissão em causa na amálgama da nova “carreira”, nessa época instituída, designada como Assistente Operacional, onde, como sabemos, se integraram centenas de outras, inclusive de profissões operárias qualificadas e altamente qualificadas.

A propósito do referido Encarregado, repare-se, ainda, e refli-



Não podemos pactuar com revisões cujo objectivo não consiste em valorizar, mas em destruir carreiras.

ta-se seriamente, no conteúdo funcional de um trabalhador assim qualificado, relevando-se a complexidade técnica e a enorme responsabilidade inerente ao exercício das suas funções, como manifestamente se depreende do disposto no anexo ao DL n.º 84/2002, de 5 de Abril. Isto é, a afirmação de princípios de dignidade, que deveriam definir sempre os comportamentos dos seres humanos, conduz a que se sinta na pele a verticalidade assim demonstrada! Dignidade que, no entanto, continua a distinguir quem tomou diferentes opções, porque a isso viu-se compelido, por razões de carência económica que não lhe permitiram manter a designação profissional que legitimamente havia adquirido, num longo percurso profissional.

VALORIZAR E NÃO DESTRUIR CARREIRAS

Relativamente às carreiras juridicamente designadas como “não revistas”, salientamos, uma vez mais, o que temos bastamente afirmado: não podemos pactuar com revisões cujo ob-

jectivo não consiste em valorizar, mas em destruir carreiras. É isso que tem lamentavelmente sucedido, persistindo o governo em impor processos de transição sem qualquer valorização, como sucedeu, por exemplo, com as carreiras de Informática e de Fiscalização, nos termos que oportunamente denunciámos. E denunciámos, especialmente, a colocação dos trabalhadores em posições intermédias, absolutamente inaceitáveis, impondo o governo posições virtuais, em vez das que efectivamente existem nas respectivas carreiras. Aliás, esse procedimento tem sido típico nos processos de revisão, no sentido técnico do termo, mas também noutros, designados como valorização, como sucedeu recentemente com as alterações da carreira técnica superior, cujos trabalhadores foram, em regra, colocados em posições intermédias, as tais que justamente qualificamos como virtuais.

Além da justa valorização de todas as carreiras, é imperioso que se ponha termo ao autêntico opróbrio de existirem carreiras, juridicamente consideradas “não revistas”, com especiais exigências e responsabilidades funcionais, e que carecem de revisão, mas para serem valorizadas e não destruídas.

Sem necessidade de nos alongarmos, vejamos, por exemplo, o que se passa com os trabalhadores tripulantes do tráfego fluvial, titulares de uma das carreiras juridicamente consideradas “não revistas”.

O mestre da embarcação não vai além de 1.196,51 €, no fim da carreira, o motorista pode alcançar 1.049,14 € e o marinheiro 978,96 €. Tudo ao fim de uma longa vida de trabalho, e se, de facto, conseguirem alcançar essa meta, tendo em conta a indignidade do regime de progressões, de que são vítimas, como todos os trabalhadores da Administração Pública.

E falamos de funções de grande responsabilidade, pela garantia de segurança na condução de embarcações e das vidas humanas que transportam.

É esta a situação que vivemos, sendo imperioso revertê-la, sobretudo num contexto em que se constata uma brutal perda do poder de compra dos trabalhadores. ■



Além da valorização das carreiras, é imperioso acabar com as carreiras consideradas “não revistas”.

FRUTO DA LUTA DETERMINADA DOS TRABALHADORES E DO STAL

Revisão do AE da EMARP representa mais direitos e benefícios

O STAL assinou, em 22 de Dezembro, um acordo com a Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão que assegura aumentos remuneratórios e o reforço de direitos, como a conciliação da vida pessoal com a profissional e mais regalias sociais.



O Acordo de Empresa (AE) abrange um conjunto alargado de matérias, nomeadamente quanto a promoções e progressões; feriados, tolerâncias de ponto e faltas justificadas; trabalho nocturno; alteração de carreiras; e actualização salarial, além do alargamento das regalias sociais (um dia suplementar por cada filho menor de 12 anos; apoio à aquisição de bens de 1.ª necessidade, em espécie, aquando do nascimento de filhos, no valor máximo de 750€; atribuição de subsídio de funeral por morte em funções no valor de 500€; e um seguro de saúde para os trabalhadores que não sejam beneficiários de outros sistemas de saúde (ADSE), alargado aos reformados e familiares, desde que pago por estes).

Já o regime de compensação da jornada de trabalho foi retirado do AE, assim como o Prémio de Desempenho, que passou a Gratificação de Balanço, num montante igual à retribuição-base.

Estas conquistas, embora aquém da urgência em reverter o caminho do empobrecimento, vão no sentido da defesa da valorização e da dignidade profissional dos trabalhadores da EMARP que, com esforço, dedicação e empenho, prestam um serviço público essencial à população.

LUTA DÁ FRUTOS

A celebração deste acordo – que se junta a muitos outros assinados pelo STAL por todo o País – representa uma verdadeira vitória da unidade e da determinação dos trabalhadores, e é con-

sequência da grande jornada de luta realizada em 8 de Setembro, quando os trabalhadores da EMARP fizeram ouvir a sua voz junto da população de Portimão, realizando um desfile pelas principais artérias da cidade (entre a Rotunda da Pedra Mourinha e a Câmara Municipal), passando pela sede da empresa municipal, no âmbito de uma greve de 24 horas, que se estendeu também ao trabalho suplementar.

Esta jornada de luta teve um grande impacto público e registou uma forte adesão de trabalhadores, demonstrando – de forma inequívoca – a sua unidade e determinação em defesa das reivindicações apresentadas à administração, à qual há muito exigiam respostas concretas aos seus muitos problemas.



ALMADA: MUNICÍPIO RETIRA SUBSÍDIO DE TURNO A TRABALHADORES

Os trabalhadores das autarquias do concelho realizam, em 21 de Dezembro, uma manifestação junto à Câmara Municipal (precedida de um desfile desde a Pç. São João Batista), que mobilizou trabalhadores do Município, dos SMAS e das freguesias por, entre outras razões, o aumento geral dos salários; a revogação do SIADAP; a aplicação da Opção Gestonária e a suspensão do processo de transferência de competências municipais. Já em Fevereiro, a DR Setúbal denunciou a decisão do Município de Almada de retirar o direito ao subsídio de turno a mais de 40 trabalhadores na situação de “trabalhos melhorados” (por acidentes de trabalho ou doença profissional adquirida ao serviço da autarquia), alguns dos quais se encontravam nesta situação há mais de 20 anos. ■



ELVAS E GAVIÃO: TRABALHADORES EXIGEM NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

Os trabalhadores dos dois municípios exigem a negociação de um ACEP, que inclua, entre outros direitos, a recuperação dos 25 dias de férias, a majoração das férias por idade e das férias frias, a justificação e remuneração de falta por falecimento de familiar em 3.º grau colateral, faltas para doação de sangue e acompanhamento de familiares ascendentes e descendentes. Mas, e apesar da disponibilidade do STAL para negociar, as autarquias assinaram um acordo apenas com outra estrutura sindical, revelando o desrespeito por estes e uma clara provocação ao STAL, atitude partilhada por outras autarquias geridas pelo PS no Distrito de Portalegre. ■

BELVER: SAPADORES FLORESTAIS DA APFLO COM SALÁRIOS EM ATRASO

A Associação de Produtores Florestais local não paga os vencimentos dos sapadores florestais há meses. Estes projectos de intervenção florestal dependem de transferências centrais e, sempre que há atrasos nas mesmas, os trabalhadores são os primeiros a sofrer, defendendo o STAL que sejam integrados na carreira de Bombeiros Sapadores Florestais, com os direitos salvaguardados pelas autarquias e pelas associações florestais, convertendo muitos dos contratos em vínculos permanentes e efectivos, valorizando-se ainda as suas funções e os seus salários. ■



NISA: LUTAR CONTRA OS ATAQUES À LIBERDADE SINDICAL

O mais recente ataque, por parte da gestão camarária do PS, foi o de impedir os trabalhadores de se organizarem e reunir no seu local de trabalho. O executivo municipal ignora todas as tentativas de negociação colectiva, tenta impedir a distribuição de informação sindical e condiciona o direito de reunião no local de trabalho, assumindo atitudes de arrogância e de manifesto desrespeito para com os representantes dos trabalhadores. Face a estas atitudes graves contra o exercício de um direito constitucional, a resposta do STAL é e será sempre a Luta! ■

LOURES: ELEIÇÃO DA COMISSÃO SINDICAL DOS SIMAR

Em Fevereiro, realizaram-se eleições para a nova Comissão Sindical dos SIMAR de Loures e Odivelas, que foram amplamente participadas. A eleição de delegados sindicais é um acto de enorme importância na actividade sindical, já que aqueles assumem um papel determinante na unidade e organização dos trabalhadores, em defesa dos seus direitos e das suas reivindicações por melhores condições de trabalho. ■



ÉVORA: DIREITOS SALVAGUARDADOS

Em 16 de Fevereiro, a DR Évora assinou um ACEP com a UF Bacelo e Senhora da Saúde, cujo principal objetivo – tal como os celebrados com as Juntas de Freguesia de Aguiar, Viana do Alentejo e Vera Cruz; e com a CM Portel, e de centenas de outros assinados pelo STAL em todo o País, – é a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e uma maior conciliação da vida pessoal e familiar com a profissional, tendo ainda sido asseguradas outras conquistas. ■

OVAR: ACEP RENOVADO COM MUNICÍPIO

Os direitos e as condições de trabalho dos trabalhadores do Município de Ovar foram reforçados, por via do novo acordo assinado (em 4 de Março) entre a DR Aveiro (e outras estruturas sindicais) e o executivo municipal, e do qual se destaca, além da conciliação entre a vida pessoal e profissional, a tolerância de ponto no dia de aniversário do trabalhador; a compensação para o trabalho suplementar e a actualização do suplemento remuneratório de turno; além de férias adicionais em função da avaliação de desempenho. ■



MAÇÃO: MAIS DIREITOS PARA TRABALHADORES MUNICIPAIS

A DR Santarém assinou (em 22 de Dezembro), com o Município de Mação, um ACEP que garante mais direitos e melhores condições de trabalho, contemplando ainda a recuperação dos três dias de férias, o dia de aniversário do trabalhador e a justificação da falta em dia de funeral de parente em linha colateral. Este acordo representa uma importante vitória da unidade e determinação dos trabalhadores e do seu Sindicato. ■

LISBOA: SPI PAGO NO MÊS DE FÉRIAS NAS JF ALVALADE E MARVILA

A DR Lisboa assinou diversos ACEP, que garantem mais direitos aos trabalhadores e melhores condições laborais. Destaque para os acordos assinados com a CM Torres Vedras, e as Juntas de Freguesia de Meca (concelho de Alenquer), Alvalade e Marvila (ambas na capital), que garantem, entre outras medidas, mais três dias de férias e férias frias; o dia do aniversário, mesmo quando coincida com dia de descanso ou férias; justificação da falta em dia de funeral de parente em linha colateral (tios/sobrinhos), e redução do período experimental. Já nos acordos assinados com os executivos de Alvalade e Marvila, assinale-se o pagamento do 12.º mês do SPI. ■

COIMBRA: PALESTRA EVOCATIVA DOS 50 ANOS DE ABRIL

Para assinalar o 50.º aniversário da Revolução dos Cravos, a DR promove uma sessão comemorativa no dia 12 de Abril, sob o tema “50 anos do 25 de Abril - Os Direitos dos Trabalhadores e o Poder Local Democrático”, que irá decorrer (a partir das 10H) no Hotel Vila Galé, em Coimbra. Já no dia 25, o STAL marcará presença na habitual comemoração na Pç. República, tal como sucederá em 1 de Maio, Dia do Trabalhador. ■



VILA REAL: PROSSEGUE A LUTA PELAS CARREIRAS E VALORIZAÇÃO SALARIAL

O STAL assinou um AE com a Águas do Interior Norte, que marca uma nova dinâmica para repor a equidade e justiça profissional, que irá permitir, aos trabalhadores com maior antiguidade e com o salário mínimo, evoluir na estrutura remuneratória. Contudo, o STAL e os trabalhadores reconhecem que o AE fica aquém das expectativas, persistindo ainda injustiças nas progressões e com a perda de poder de compra. Ainda assim, entendem que “a regulação clara das condições de trabalho é a melhor solução para todos”, comprometendo-se a manter a luta pelas carreiras e profissões e pela valorização remuneratória. ■

ALTERAÇÕES NOS REEMBOLSOS NO REGIME LIVRE

É inaceitável penalizar beneficiários da ADSE com mais despesas

As alterações – em vigor desde 1 de Janeiro – são apenas nos reembolsos das despesas no regime livre (em que o beneficiário adianta o total da despesa, sendo-lhe depois devolvido o valor da comparticipação), e que eram processados pelas autarquias, com o salário do mês seguinte ao da despesa, prazo que, na nova situação, pode ser de vários meses, levando a que o trabalhador deixe de usar o serviço por falta de condições financeiras. Não é por falta de verbas na ADSE que o processo dos reembolsos demora. Este atraso está fortemente condicionado pela falta de trabalhadores na ADSE, por total responsabilidade do Governo, que não abre concursos e continua a sobrecarregar os trabalhadores existentes daquele Instituto, exigindo o STAL o reforço daqueles serviços, pois mais trabalhadores implica um trabalho mais célere no processo dos reembolsos.

É inaceitável que os trabalhadores da Administração Local sejam, mais uma vez, fortemente penalizados por esta medida do Governo e das autarquias, defendendo o STAL que aquelas – que têm assumido um conjunto crescente de serviços da responsabilidade da Administração Central – continuem a processar os reembolsos das despesas em regime livre, agilizando o processo e dando-lhes todo o apoio necessário, nomeadamente em termos informáticos.

TRABALHADORES SEM APOIO NA MAIORIA DAS AUTARQUIAS

Das 308 autarquias contactadas pelo STAL, para dar o apoio necessário aos trabalhadores, apenas 25 responderam, garantindo que os informaram da nova

Este ano, as autarquias deixaram de financiar os cuidados de Saúde dos seus trabalhadores beneficiários e familiares, assumindo a ADSE essa responsabilidade, o que é mais um encargo para os beneficiários, face aos seus baixos salários e pensões, já que terão de esperar mais de um mês para serem ressarcidos das despesas com actos clínicos.



Os trabalhadores são, de novo, fortemente penalizados por esta medida do Governo e das autarquias.

situação, sendo que uma delas informou os seus trabalhadores de que, agora, é responsabilidade deles pedir os reembolsos. Já as restantes informam que os apoiarão “na medida dos possíveis”. Mas, para 283 autarquias, esta não é uma questão que lhes interessa, pois nem se dignaram em responder ao STAL. Os beneficiários não exigem uma ADSE gratuita, mas sim paga a um preço justo. A luta pela redução das contribuições mobilizou, em 20 de Junho do ano passado, centenas de beneficiários, numa concentração promovida pela Frente Comum em frente da sede da ADSE, em Lisboa, em defesa de reversão dos descontos de 3,5% para 1,5%, em 12 meses.

E apesar dos saldos da ADSE se-

rem superiores a 1000 milhões de euros, os beneficiários continuam a descontar 3,5% sobre 14 meses (quando o ano tem só 12), não havendo vontade do Governo de alterar a situação. Era muito importante o alargamento das convenções em todo o País, para que mais beneficiários pudessem usufruir deste subsistema de Saúde. E se o Governo se mostra preocupado com a sustentabilidade da ADSE, pode sempre aumentar os salários e as pensões, aumentando, assim, os descontos por cada trabalhador.

SOBRECARREGAR OS MESMOS DE SEMPRE...

Apesar dos saldos da ADSE serem superiores a 1000 milhões de euros (M€), os beneficiários

passaram (desde Março de 2023) a suportar o aumento dos valores das consultas e de outros actos médicos.

As novas tabelas do regime convencionado aumentaram o valor que a ADSE paga aos prestadores privados por consultas, meios complementares de diagnóstico e diversos actos clínicos na ordem dos 22M€, além dos referidos milhões que os beneficiários passaram a pagar. Assim, e com as novas tabelas do regime convencionado, os cerca de 1,3 milhões de beneficiários passaram a “arcar” com mais 8M€, que deviam ser assumidos pela ADSE. Mas, o governo e o Conselho Directivo optaram por sobrecarregar os mesmos de sempre – os trabalhadores e aposentados da Administração Pú-

O STAL NÃO DESISTE, A LUTA CONTINUA!

Continuaremos a lutar por uma ADSE em benefício dos trabalhadores e pensionistas, pública e solidária:

- » Pelo reforço dos direitos dos beneficiários da ADSE;
- » Pela reposição das contribuições mensais para 12 meses e para 1,5%;
- » Pelo alargamento e diversificação do regime convencionado;
- » Pelo fim dos limites do número de consultas e de actos médicos;
- » Pela abertura da inscrição da ADSE a todos os trabalhadores interessados, inclusive das empresas municipais e intermunicipais;
- » Pela exigência da responsabilização das entidades empregadores na saúde dos seus trabalhadores.

blica –, o que é inaceitável face aos baixos salários e pensões que recebem.

Reafirmando a defesa de uma ADSE pública, solidária, com mais benefícios, os trabalhadores e beneficiários continuam a rejeitar o caminho da mutualização preconizado pelo governo PS, cujo objectivo é ceder aos interesses dos grandes grupos privados do sector, para quem a ADSE é muito apetecível, nomeadamente se pensarmos nos mais de 1000 milhões de euros resultantes das contribuições dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública beneficiários da ADSE (entre titulares e familiares), um número superior ao de qualquer seguradora do nosso país. O STAL reafirma que a ADSE é um direito dos trabalhadores da Administração Pública e Local que importa defender do sector privado, é um sistema solidário intergeracional, característica que a distingue de outros modelos. ■

O COMBATE QUE VALE A PENA TRAVAR!

É urgente trabalhar para (re)construir a Paz

Cillian Murphy, no seu discurso em Hollywood, após receber o Óscar de melhor actor principal, afirmou: «Fizemos um filme sobre o homem que fez a bomba atómica. Para o bem e para o mal, vivemos no Mundo de Oppenheimer. Queria dedicar este prémio a todos aqueles que fazem a Paz.»

Decorridos mais dois anos, a guerra na Ucrânia continua a massacrar centenas de milhares de vidas humanas e os riscos de uma escalada militar de proporções gigantescas crescem perigosamente. Vejam-se as declarações de Macron, que não só reconheceu a presença informal de soldados franceses – a par dos britânicos, norte-americanos e outros – ao lado das forças ucranianas, como considerou o envio de tropas europeias para a Ucrânia, revelando uma total irresponsabilidade e deixando claro que não é a Paz que procuram, pelo contrário. Aliás, se assim fosse, esta guerra nunca teria começado, ou teria parado há muito, como escreveu recentemente o major-general Carlos Branco: “(...) a Ucrânia foi impedida de fazer a Paz, em Março de 2022, nomeadamente pela intervenção de Boris Johnson [ex-primeiro-ministro inglês]”. E acrescentou: “(...) O antigo *chairman* do Comité Militar da NATO, o ge-

neral alemão Harald Kujat, [disse que] houve negociações em Istambul com um excelente resultado para a Ucrânia. Todos os ucranianos mortos, assim como todos os russos mortos ou feridos, depois de 9 de Abril [de 2022], devem-se ao facto de a Ucrânia não ter sido autorizada a assinar este tratado de paz”.^[1]

O governo português – em vez de promover uma política comprometida com a luta pelo desarmamento, a solução política dos conflitos e a Paz – segue um guião de submissão e conivência com os “falcões” da guerra, fazendo “letra-morta” da nossa Constituição, que obriga o Estado a pugnar pela dissolução dos

blocos político-militares, portanto da NATO.

O LADO CERTO DA BARRICADA

Prossegue também o genocídio de palestinianos por Israel, em particular na Faixa de Gaza, cuja acção criminosa e genocida continua impune, com o

apoio directo ou indirecto dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da União Europeia, ignorando as deliberações do Tribunal Internacional de Justiça, na sequência do processo interposto pela África do Sul. Da mesma forma que ignoram todas as normas de direito internacional e as numerosas resoluções que, ao longo de décadas, o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU aprovaram sobre a questão da Palestina.

Até ao fecho desta edição, morreram mais de 30 mil palestinianos, fora os milhares que jazem sob as toneladas de escombros, dos quais mais de 13 mil são crianças, número que, segundo a ONU, é superior ao das vítimas infantis em quatro anos de conflitos em todo o Mundo, e o que levou a organização liderada por António Guterres a denunciar “uma guerra contra as crianças”, que, além das bombas, morrem também de fome e de sede.

No momento em que se celebra os 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, que nos trouxe a liberdade e a Paz, é um dever de todos e de cada um lutar pela soberania e direitos dos povos, pelo fim dos conflitos, das sanções, dos bloqueios, das agressões, das ingerências. E de lutar contra a corrida aos armamentos, pelo desmantelamento dos blocos militares e das armas nucleares.

Este é o lado certo da barricada, o combate que vale a pena travar! ■



^[1] <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/as-palavras-e-os-factos-apos-dois-anos-de-guerra/>

BREVES

ARGENTINA. Milhares de mulheres manifestaram-se publicamente contra a agenda reaccionária do governo de extrema-direita de Javier Milei que, em pleno Dia Internacional da Mulher, decidiu anunciar a mudança de nome do “Salão das Mulheres da Casa Rosada”, que é a sede do Governo argentino, para “Salão dos Próceres”, substituindo imagens de mulheres ilustres por de homens importantes daquele país sul-americano. Além disso, Javier Milei pretende ainda revogar a lei do aborto, que foi aprovada em 2020, e passou a aplicar o novo protocolo de segurança, que permite manifestações em praças e esplanadas, mas proíbe a interrupção do trânsito, como era habitual nestas ocasiões.

BÉLGICA. A Federação Geral dos Trabalhadores Belgas manifestou-se contra as medidas de austeridade, exigindo liberdade para a negociação colectiva e o fim das reduções do sistema de Segurança Social, e denunciou as regras de governação económica que poderão conduzir a um corte de 30 mil milhões de euros na despesa pública, o que levaria a um aumento drástico do desemprego, salários mais baixos e serviços públicos enfraquecidos.

FINLÂNDIA. Os sindicatos da Função Pública, dos transportes e outros membros da confederação sindical SAK convocaram duas semanas de greve contra o programa governamental de cortes na Segurança Social e ataques

aos direitos dos trabalhadores e sindicais. Os sindicatos condenam o governo de direita/extrema-direita por não responder às reivindicações e aos apelos de negociação.

INGLATERRA. Os municípios ingleses atravessam enormes dificuldades. O jornal “Mirror” noticia que a grande maioria das autarquias sofrem cortes nos financiamentos e o “Guardian” diz haver municípios a recorrer ao crowdfunding para manter as escolas. Cerca de 800 bibliotecas municipais foram encerradas. O UNISON lançou uma campanha em que exige o financiamento adequado das autarquias pelo governo central, para poderem prestar os serviços de elevada qualidade de que todos precisam. ■

Sobre-exploração do trabalho, sobretudo infantil e das mulheres; jornadas extenuantes; ausência de protecção em caso de acidente, doença, desemprego e na velhice; insalubres condições laborais e habitacionais; salários abaixo do nível de subsistência... tal é a essência do capitalismo!

Greves, mutualismo, organização sindical e em partidos políticos operários foram a resposta dos trabalhadores, em luta por melhores condições laborais e de vida, organização que levou à articulação internacional das suas lutas.

A jornada de 8 horas é reivindicada pela "National Labour Union", nos EUA, e pela I Internacional, no Congresso de 1866, ano em que, em Chicago, uma greve no 1.º de Maio foi sangrentamente reprimida pelas forças policiais, a mando do patronato. Em 1889, o Congresso da II Internacional fixa a data como Dia Internacional dos Trabalhadores, crescentemente comemorada no Mundo⁽²⁾, enquanto em Portugal o 1.º de Maio assinala-se, pela primeira vez, em 1890, com um sindicalismo revolucionário, sobretudo a partir da Implantação da República. Em 1919, conquistam-se as 8 horas de trabalho diário e o

1.º DE MAIO, DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR

Sobreexploração: a essência do capitalismo

«Abomináveis na grandeza os reis da mina e da fornalha edificaram a riqueza sobre o suor de quem trabalha» (A Internacional)¹



(1) www.marxists.org/portugues/tematica/musica/international.htm

(2) www.researchgate.net/publication/287217140_As_Origens_da_Internacional_Comunista

(3) www.pcp.pt/1o-maio-120-anos-contra-exploracao-pelos-direitos-dos-trabalhadores-pelo-progresso-social

direito ao descanso ao domingo para os trabalhadores do comércio e da indústria.

O ano de 1926 marca o início da contra-ofensiva fascista, com a restrição dos direitos de reunião, associação e manifestação, e da proibição de greves, mas o movimento dos trabalhadores logrou organizar lutas por melhores condições de vida e de trabalho, e contra o fascismo.

Apesar das proibições e da repressão, as comemorações do 1.º de Maio continuaram, e o de 1962 é um dos marcos do movimento laboral, incluindo a conquista das 8 horas de trabalho para o proletariado rural.⁽³⁾ Com o 25 de Abril de 1974, a data, internacionalista, prossegue como jornada de festa e de luta, e pela concretização de uma verdadeira democracia social, económica, política e cultural. ■

A 24 DE AGOSTO DE 1975

STAL, o primeiro sindicato do sector público a constituir-se após Abril de 1974

Tal só foi possível após uma greve de 13 dias. O então governo de Pinheiro de Azevedo, a braços com a inédita paralisação das câmaras e com o lixo a acumular-se nas principais cidades do País, acabaria por autorizar, em Junho de 1976, a criação de sindicatos na Função Pública.

■ Logo após o dia 25 de Abril de 1974, e consumado o carácter libertador da Revolução dos Cravos, os trabalhadores das autarquias locais, por todo o País, construíram os alicerces sobre os quais assenta, hoje, esta grande organização.

Tudo começou com a constituição da «Organização Pró-Sindical da Administração Pública e Local». Por sua iniciativa, em Maio



Manifestação dos trabalhadores da Adm. Local em Lisboa, em 1986.

de 1974, realizaram-se plenários em Lisboa, Setúbal, Coimbra, Leiria, Braga, Foz do Arelho, Praia Grande, Santarém e Tavira.

Após um Seminário, na Foz do Arelho (concelho de Caldas da Rainha), as suas conclusões foram discutidas em plenário, realizado em 22 e 23 de Março de 1975, na Praia Grande (Sintra), com a presença dos, entretanto, formados Secretariados dos Trabalhadores dos distritos do Porto, Braga, Faro, Lisboa e Guarda, os quais representavam já 4730 trabalhadores. Na qualidade de observadores estiveram presentes delegados da Junta

Distrital de Lisboa, representando 400 trabalhadores.

Desde os primeiros tempos da nossa existência, mesmo enquanto embrião sindical, já exigíamos o nosso caderno reivindicativo, publicado em 24 de Abril de 1975. E no plano interno, criaram-se estruturas organizativas, apontando na constituição do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, e indicava-se a adesão à central única dos trabalhadores portugueses, a Intersindical Nacional.

Em 19 e 20 de Abril de 1975, em Tavira, foi aprovada a criação de uma Comissão Coordenadora Provisória, composta por oito membros, depois alargada para 12. E a primeira sede (provisória) do STAL foi instalada na Câmara Municipal de Santarém, transferindo-se, a 6 de Maio de 1975, para o Pavilhão do Turismo, no recinto da Feira de Santarém. ■

8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA

STAL distribui postal em acções de contactos por todo o País

Este ano, a celebração teve um significado particular, já que se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril, que afirmou a igualdade como um direito essencial da dignidade humana.

■ Em 8 de Março, o STAL assinalou o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora com a habitual distribuição de um postal alusivo à efeméride – que este ano contou com uma fotografia cedida gentilmente por Eduardo Gageiro e o poema «Mulher», de Ary dos Santos –, e com acções de contactos com trabalhadoras dos serviços da Administração Local e Regional, empresas municipais ou concessionárias. Além destas iniciativas, o STAL associou-se à «Semana da Igualdade» promovida pela CGTP-IN (sob o lema «Liberdade. Igualdade. Portugal com Justiça Social»), entre 18 e 22 de Março, e marcou presença nas celebrações promovidas pelo MDM por todo o País, nomeadamente na Manifestação Nacional de Mulheres, em Lisboa, a 23 de Março.

Este ano, a celebração desta data histórica teve um significado particular, já que se comemora o 50.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, que afirmou a igualdade como um direito essencial da dignidade huma-



na na longa luta contra a discriminação e a opressão. Mas a igualdade na lei está lon-

ge de ser efectivada no trabalho e na vida, o que justifica e exige a continuação da acção e da luta para a sua consolidação.

Hoje e sempre, é preciso reafirmar que as mulheres – sobretudo as mais jovens – são particularmente afectadas pela precariedade, pelo desemprego, pela discriminação salarial, por horários de trabalho longos e desregulamentados, por doenças profissionais e pelo assédio, sendo ainda penalizadas pela maternidade. ■



TRAZ UM NOVO SÓCIO PARA O STAL

Quotas sindicais com maior dedução no IRS

Até agora, por cada 1€ de quotas, um contribuinte sindicalizado deduzia 1,5€ em IRS, passando agora a deduzir 2€. Assim, estar sindicalizado tem cada vez mais vantagens: pagando quotas para o sindicato, reforçamos a capacidade de defender os nossos direitos, e ainda recuperamos o valor dessa importante contribuição.

■ Este ano, os trabalhadores sindicalizados têm um incentivo fiscal superior, já que o Orçamento do Estado para 2024 (OE2024) prevê que o valor a deduzir no respectivo imposto será maior.

De facto, o OE2024 para o corrente ano inclui uma alteração à majoração das quotas pagas pelos trabalhadores aos sindicatos, que passaram a ser majoradas em 100% (face às anteriores 50%), pelo que, este ano, o valor a deduzir no IRS será maior.

Na prática, verifica-se uma re-

dução do rendimento tributável (sobre o qual incide o imposto) neste valor, que passa a ser majorado para o dobro. Até agora, por cada 1€ de quotas, um contribuinte sindicalizado deduzia 1,5€ em IRS, passando agora a deduzir 2€. Contudo, o OE2024 impõe condições: as quotas sindicais não podem exceder 1% do rendimento bruto de cada categoria e a majoração é na parte “em que não constituam contrapartida de benefícios relativos à saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social”. ■

28 DE MARÇO – DIA NACIONAL DA JUVENTUDE

Agir e lutar por uma vida melhor

No dia 27 de Março, jovens trabalhadores manifestaram-se, em Lisboa e no Porto, por melhores condições de trabalho e de vida.

■ Na véspera do Dia Nacional da Juventude (28 de Março), milhares de jovens trabalhadores manifestaram-se nas duas principais cidades nacionais por um salário que garanta uma vida digna e de qualidade, uma car-

reira que ofereça perspectivas de futuro, e um horário de trabalho equilibrado e conciliável com a vida familiar.

Os jovens trabalhadores (dos 16 aos 35 anos) representam 1/3 da força de trabalho nacio-

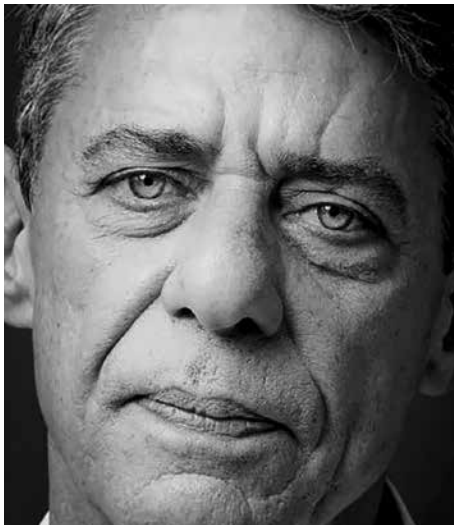
nal, mas representam mais de metade dos trabalhadores com contratos precários no País, ganhando -30% que os seus colegas com vínculos permanentes. E no caso dos contratos de estágio, as empresas nem se-

quer são obrigadas a pagar o Salário Mínimo Nacional ou garantir uma série de direitos.

Em Lisboa e no Porto, os jovens trabalhadores confessaram-se “sufocados” com a realidade, já que, a cada dia que passa, o valor real dos salários diminui, as despesas pesam mais, sobem as rendas, os artigos de supermercado, a luz e a água...

Unidos e determinados, na rua clamaram: “É tempo de agir e de lutar! De afirmar Abril por uma vida melhor!”. ■





TANTO MAR

Sei que estás em festa, pá
Fico contente
E enquanto estou ausente
Guarda um cravo para mim

Eu queria estar na festa, pá
Com a tua gente
E colher pessoalmente
Uma flor do teu jardim

Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também que é preciso, pá
Navegar, navegar

Lá faz Primavera, pá
Cá estou doente
Manda urgentemente
Algun cheirinho de alecrim

CHICO BUARQUE

PRIMEIRO DE MAIO

Hoje a cidade está parada
e ele apressa a caminhada
pra acordar a namorada logo ali
E vai sorrindo, vai aflito
pra mostrar, cheio de si,
que hoje ele é senhor das suas mãos
e das ferramentas
Quando a sirene não apita
ela acorda mais bonita
sua pele é sua chita, seu fustão
E, bem ou mal, é o seu veludo
é o tafetá que Deus lhe deu
e é bendito o fruto do suor
do trabalho que é só seu
Hoje eles hão-de consagrar
o dia inteiro pra se amar tanto
Ele, o artesão,
faz dentro dela a sua oficina
E ela, a tecelã,
vai fiar nas malhas do seu ventre
o homem de amanhã.

CHICO BUARQUE



AS PORTAS QUE ABRIL ABRIU...

Era uma vez um país
onde entre o mar e a guerra
vivia o mais infeliz
dos povos à beira-terra.

(...)
Era uma vez um país
onde o pão era contado
onde quem tinha a raiz
tinha o fruto arrecadado
onde quem tinha o dinheiro
tinha o operário algemado
onde suava o ceifeiro

que dormia com o gado
onde tossia o mineiro
em Aljustrel ajustado
onde morria primeiro
quem nascia desgraçado.

(...)
Ora passou-se porém
que dentro de um povo escravo
alguém que lhe queria bem
um dia plantou um cravo.

(...)
Quem o fez era soldado
homem novo capitão
mas também tinha a seu lado
muitos homens na prisão.

(...)
Capitão que não comanda
não pode ficar calado
é o povo que lhe manda
ser capitão revoltado
é o povo que lhe diz
que não ceda e não hesite
– pode nascer um país
do ventre duma chaimite.

(...)
Foi então que Abril abriu
as portas da claridade
e a nossa gente invadiu
a sua própria cidade.

Disse a primeira palavra
na madrugada serena
um poeta que cantava
o povo é quem mais ordena.

(...)
que dos canhões fez enxadas
para lavrarmos a terra
e das balas disparadas
apenas o fim da guerra.

Foi esta força viril
de antes quebrar que torcer
que em vinte e cinco de Abril
fez Portugal renascer.

(...)
Agora que já floruiu
a esperança na nossa terra
as portas que Abril abriu
nunca mais ninguém as cerra.

Contra tudo o que era velho
levantado como um punho
em Maio surgiu vermelho
o cravo do mês de Junho.

Quando o povo desfilou
nas ruas em procissão
de novo se processou
a própria revolução.

(...)
No Minho com pés de linho
no Alentejo com pão
no Ribatejo com vinho
na Beira com requeijão
e trocando agora as voltas
ao vira da produção
no Alentejo bolotas
no Algarve maçapão
vindimas no Alto Douro
tomates em Azeitão
azeite da cor do ouro
que é verde ao pé do Fundão
e fica amarelo puro
nos campos do Baleizão.
Quando a terra for do povo
o povo deita-lhe a mão!
É isto a reforma agrária
em sua própria expressão:
a maneira mais primária
de que nós temos um quinhão
da semente proletária
da nossa revolução.

(...)
Ouvi banqueiros fascistas
agiotas do lazer
latifundiários machistas
balofos verbos de encher
e outras coisas em istas
que não cabe dizer aqui
que aos capitães progressistas
o povo deu o poder!
E se esse poder um dia
o quiser roubar alguém
não fica na burguesia
volta à barriga da mãe!
Volta à barriga da terra
que em boa hora o pariu
agora ninguém mais cerra
as portas que Abril abriu!

ARY DOS SANTOS



MEU 1.º DE MAIO

Todos
que marchais pelas ruas
e deteis as máquinas e as fábricas,
todos
desejosos de chegar a nossa festa
com as costas marcadas pelo trabalho,
saí a 1º de Maio,
o primeiro dos dias.
Recebê-lo-emos, camaradas,
com a voz entrecortada de canções.

Primavera,
derretei a neve.

Eu sou operário,
este dia é meu.
Eu sou camponês,
este dia é meu.

Todos,
estendidos nas trincheiras
esperando a morte infinita,
todos

os que num carro blindado
atiram contra seus irmãos,
escutai:

Hoje é 1º de Maio.

Partamos ao encontro
do primeiro dos nossos dias,
enlaçando as mãos proletárias.

Calai vossos morteiros!
Silêncio, metralhadoras!

Eu sou marinheiro,
este dia é meu.

Eu sou soldado,
este dia é meu.

Todos,
das casas,
das praças,
das ruas,
encolhidos pelo gelo invernal,
todos

torturados de fome,
das estepes,

dos bosques,
dos campos,

saí neste 1º de Maio!

Glória à gente fecunda!

Desabrochai, Primavera!

Verdes campos, cantai!

Soai sirenes e apitos!

Eu sou de ferro,
este dia é meu.

Eu sou a terra,
este dia é meu!

VLADIMIR MAIAKOVSKI

CONHECER

ANTÓNIO MARQUES

ALDEIA HISTÓRICA DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

SISTELO, O TIBETE MINHOTO

O «Jornal do STAL» propõe-lhe uma viagem à descoberta do pequeno “Tibete” português, aldeia histórica situada nas terras altas do Minho.

A aldeia de Sistelo – vencedora na categoria de “Aldeia Rural” no concurso das “7 Maravilhas de Portugal” – situa-se no concelho de Arcos de Valdevez, junto à nascente do rio Vez, e possui características que a tornam um destino singular, sobretudo pelos seus arrebatedores socalcos ou “terraços”.

Moldados ao longo de centenas de anos (designadamente desde o séc. XVI) pela intervenção humana e aproveitados para a produção de milho e pastorícia, e os canais de água para o regadio, os socalcos transformam a encosta da montanha numa tela ondulante de tonalidades verdes, remetendo o nosso imaginário para as paisagens do longínquo Tibete, na Ásia.

O desafio é que descubra pelo seu próprio pé esta antiga povoação medieval, com apenas 270 habitantes, situada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, e que se deixe arrebatar pelo rico património rural e natural da região.

Às portas do Parque Nacional da Peneda-Gerês e em plena Reserva Mundial da Biosfera, Sistelo é um convite à penetração nesta área protegida e ao desbravamento dos múltiplos segredos naturais da região.

SÍTIO DE INTERESSE NACIONAL

Primitivamente, foi uma póvoa medieval, de cujo período parecem sobreviver traços em elementos como a implantação do cruzeiro, do fontanário ou na organização do casario. E a excepcionalidade e elevado valor patrimonial de Sistelo conduziram a um processo de classificação “Paisagem Cultural”, na forma de Monumento Nacional/Sítio de Interesse Nacional, a primeira do seu género em Portugal, abrangendo os lugares de Igreja, Padrão e Porta Cova.

A aldeia, do Município de Arcos de Valdevez, tem nos socalcos uma marca identitária única, que remontam ao séc. XVI, e que, em 2017, foram declarados Monumento Nacional. São um exemplo perfeito da adaptação humana à natureza, criando um cenário rural naturalmente significativo.



As razões para tal distinção saltam à vista assim que pisamos a terra e avançamos pelo território adentro, deslumbrando-nos com a sua localização privilegiada, junto da nascente do Rio Vez, e em que cada centímetro quadrado de terreno disponível foi sabiamente apro-

veitado, com os socalcos a segmentarem a serra.

Os terrenos agrícolas, de solo profundo e fértil, foram trabalhados nas vertentes das montanhas, sobrepostos em escadaria, e suportadas por grandiosos muros de pedra, estruturas que permitiriam o desenvolvimen-

to de uma agricultura de subsistência, de extrema importância para a fixação das comunidades rurais. E associados a estas plataformas construíram-se canais para o transporte de água dos pontos mais altos das montanhas, poços e cursos de água, para os campos.

Estes canais, que em alguns casos se estendem por dezenas de quilómetros, denominam-se regadios e são fundamentais para a subsistência das culturas nos meses de Verão.

VER, SENTIR E SABOREAR

Os espigueiros e o lavadouro de Sistelo comprovam a natureza comunitária das actividades tradicionais locais, e o castelo local, romântico e revivalista, foi construído no séc. XIX, à medida que Alexandre Herculano reabilitava o imaginário dos romances de cavalaria e das batalhas da Idade Média.

A Casa de Sistelo insere-se nessa tradição, com as suas torres mandadas construir por um emigrante regressado do Brasil. Reconstruído recentemente, justifica uma visita demorada.

Saciada a curiosidade com o património histórico, é tempo de “arregaçar as mangas” e caminhar. A Ecovia do Vez, em Arcos de Valdevez, estende-se por 32 km, e um dos três troços começa (ou acaba) no Sistelo, ligando-o à aldeia vizinha de Vilela, com parte do percurso a ser realizado em passadiços, e a outra num encantador trilho.

Umas pequenas férias por aqui devem incluir vários pontos de referência como a foz do rio Vez, a vila de Arcos de Valdevez, a rústica ponte de Vilela, moinhos de água e várias praias fluviais, ideais nos dias mais quentes de Verão. E a vasta fauna e flora da região estará também sempre a perfumar-nos os pulmões e a saciar-nos a alma.

Assim como a rica gastronomia do Minho está igualmente disponível nos restaurantes do Sistelo, e alguns são “catedrais dos sabores” ancestrais da região. Para dormir escolha uma Casa de Campo, um alojamento local ou um hotel, que os há, e de qualidade, no Sistelo. ■

PASSADIÇOS E TRILHO DO SISTELO

Um dos pontos altos da região são os passadiços (com 2 km) – que a CM de Arcos de Valdevez pretende alargar às aldeias de Padrão e Porto Cova – e alguns dos trilhos mais bonitos do Gerês, quase sempre pelas margens do rio Vez. O trilho circular dos Passadiços do Sistelo tem cerca de 9 km – mas a sua inserção na Ecovia do Vez possibilita que a caminhada se estenda por 32 km, que podem ser percorridos também de bicicleta –, por bosques e pontes medievais, ermidas, capelas e espigueiros, cascatas e soberbas paisagens naturais.



A FECHAR

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Afirmar direitos e interesses dos trabalhadores, do Povo e do País



As eleições europeias são um momento importante de luta por uma Europa mais solidária, de progresso, de Paz e cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, e que rompa com a submissão ao Euro e às imposições da União Europeia.

No dia 9 de Junho, os portugueses serão chamados a eleger os seus 21 representantes ao Parlamento Europeu, onde muito do destino político, económico e laboral dos trabalhadores se

decide, pelo que o nosso voto será determinante para eleger deputados comprometidos com a defesa dos interesses do Povo e do País; que se batam contra a submissão ao Euro e as imposições da União Europeia (UE);

que lutem por resposta aos problemas concretos dos trabalhadores; que assegurem os seus direitos, dignidade e valorização; e que estejam solidários com as suas lutas e reivindicações. As eleições europeias consti-

tuem, ainda, um importante momento para afirmar a liberdade e a democracia, a soberania e a independência nacional; de fazer avançar o País no caminho do desenvolvimento, do progresso e da justiça social, da afirmação dos valores da Abril; de dar mais força a todos os que acreditam ser possível uma Europa de solidariedade e progresso, de paz e cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos. Com o nosso voto, é preciso rejeitar as políticas de direita e neoliberais adoptadas pela UE que promovem o ataque a direitos laborais e sociais, a degradação dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado, a concentração e centralização do capital ao nível de cada país e nos economicamente mais fortes.

POR UMA EUROPA DOS TRABALHADORES E DOS POVOS

O STAL reafirma a luta – pelo voto – como determinante para os trabalhadores e os povos assegurarem melhores condições de trabalho e de vida, e o direito a decidir o seu futuro; a edificação de uma “Europa dos Trabalhadores e dos Povos”; a defesa e consolidação dos seus direitos; a construção de uma Europa que potencie o desenvolvimento económico, social e humano dos países, com particular ênfase no aprofundamento dos direitos laborais, sociais e culturais, como alternativa ao neoliberalismo e à regressão social. No dia 9 de Junho, a escolha será por um rumo de ruptura democrática com os interesses do grande capital e das grandes potências, de afirmação de uma alternativa política de esquerda e soberana, para cortar o passo às políticas de direita e das classes dominantes. ■

RESUMO DA LUTA

5 ABRIL

Concentração da Frente Comum em defesa do SNS.

30 MARÇO E 1 ABRIL

Greve na FCC Env. Portugal.

27 MARÇO

Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores.

19 MARÇO

Jornada Reivindicativa FC.

8 MARÇO

Dia Int. Mulher Trabalh.

8 FEVEREIRO

Plenário Nacional do STAL.

23 E 24 FEVEREIRO

XV Congresso da CGTP-IN.

17 JANEIRO

Posse Órgãos Nac. STAL.

16 JANEIRO

Cordão Reivindicativo FC.

25 DEZ A 1 JAN

Greve na Maia Ambiente.

22, 23 e 26 DEZEMBRO

Greve na CM Oeiras.

21 DEZEMBRO

Greve CM Almada.

14-15 DEZEMBRO

Greve nos SMTUC (Coimbra).

6 DEZEMBRO

Eleições nacionais e regionais do STAL.

29 NOVEMBRO

Concentração da CGTP-IN junto à Ass. República.

23 NOVEMBRO

Greve na GesLoures.

21 NOVEMBRO

Concentração da Frente Comum junto à residência oficial do Primeiro-Ministro.

